

068

28.05.88

Pag. 3

Acordo muda o conceito sobre as terras indígenas

BRASÍLIA — Os trabalhos da Constituinte serão reabertos terça-feira, às 14h, com negociações sobre o capítulo referente aos índios. Em reunião na manhã de ontem, representantes do Centrão, PMDB e dos partidos de esquerda acertaram apenas o primeiro artigo, que reconhece aos índios os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Este ponto de partida representou um avanço em relação aos textos do Centrão e da Comissão de Sistematização.

O conceito de terra indígena foi acertado com o aproveitamento de uma emenda do Deputado Alcení Guerra (PFL-PR). Caiu definitivamente a exigência da posse imemorial da terra, como previam os textos da Sistematização e do Centrão.

Segundo o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), o significado de posse

imemorial é muito discutível.

— Poderíamos entender como imemorial a fase pré-colombiana, quando os tupis estavam no litoral. Com o tempo, entretanto, as tribos foram empurradas para o Centro do País. A definição de terra tradicionalmente ocupada é mais lógica.

O Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), tentou, através do Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), representante da Liderança do partido nas negociações, estender a reunião até à tarde, para ampliar o acordo entre os diversos grupos. Mas os Constituintes acabaram se dispersando e a reunião foi suspensa às 12h30m.

Na terça-feira, a questão mais polêmica será a não aplicação dos direitos previstos na Constituição aos índios com elevado estágio de acul-

turação — tese de representantes do Centrão, com dissidências, como a do Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG).

Inicialmente, os grupos “progressistas” defendiam a supressão deste dispositivo (artigo 271). Para tentar fechar um acordo, entretanto, aceitaram a seguinte proposta: “Os direitos territoriais previstos neste capítulo só se aplicam aos índios que ocupam terras indígenas”.

O Deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA) afirma que este dispositivo garante os direitos territoriais mesmo aos índios que vivem entre os brancos, uma vez que a terra é um direito coletivo nas comunidades indígenas.

Se não houver acordo, os “progressistas” tentarão aprovar uma emenda supressiva do Deputado Fábio Feldman (PMDB-SP).

Anistia a militar cassado preocupa o Alto Comando

BRASÍLIA — A possibilidade de a Constituinte vir a ampliar a anistia concedida aos ex-militares cassados por motivos políticos é a questão institucional que mais preocupa o Exército no momento, segundo um Oficial que assessora o Ministro Leônidas Pires Gonçalves. O assunto da anistia voltou a ser debatido na reunião do Alto Comando, encerrada ontem, e dominou a pauta política do encontro, ao qual estiveram presentes, além do Ministro, mais 18 Generais.

A avaliação do Exército é de que “o bom senso dos políticos vai prevalecer, impedindo a reintegração à força e o pagamento dos

atrasados aos cassados, reiteradas vezes considerados inadmissíveis pelos Ministros militares”.

Existe, no entanto, o temor de que o parágrafo quinto da Disposições Transitórias, que regula o assunto, seja votado sob um clima emocional e a decisão final, fruto das marchas e contramarchas próprias da negociação política, traga surpresas desagradáveis para as Forças Armadas.

Este temor, disse um General, é reforçado pelo fato de que a anistia vai ser votada logo após o mandato do Presidente José Sarney.